

TCE EM PAUTA

ANO XIII - Nº74

NATAL/RN

AGOSTO/SETEMBRO DE 2009



Tribunal de Contas anuncia concurso público

Página 3

CONTAS DO GOVERNO SÃO APROVADAS

PÁGINAS 4 E 5

TCs DISCUTEM ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO EM CUIABÁ

PÁGINAS 7

CURTAS

D.O. Eletrônico

A partir do dia 30/07, o Tribunal de Contas passou a divulgar, na página oficial do órgão, o Diário Oficial Eletrônico, mais um serviço que é prestado ao cidadão e que representa uma economia de R\$ 180 mil por ano. A decisão foi aprovada na sessão plenária de 28.07, acatando uma sugestão da presidente do TCE, conselheira Adélia Sales, através do ato de Resolução nº 09/2009 - TCE.

O Diário Eletrônico é disponibilizado virtualmente, diariamente, de terça a sábado, a partir das 8 horas, exceto nos feriados e nos dias em que, por ato da presidência e mediante divulgação, não houver expediente no Tribunal de Contas do Estado. Acesse www.tce.m.gov.br e confira todos os avanços já disponibilizados e divulgue.

Acordo com o TCU

A presidente do TC/RN, conselheira Adélia Sales, esteve em Brasília e diligenciou providências para celebrar o Primeiro Termo Aditivo do Acordo de cooperação celebrado em 2007 entre o TCU e TCE/RN. Ela participou da reunião nacional de presidentes dos Tribunais de Contas em Brasília, cuja pauta tratava da importância do compartilhamento de informações entre os Tribunais de Contas em favor da implementação da Rede de Controle da Gestão Pública, objeto de um protocolo celebrado em março último. O encontro foi coordenado pelo presidente do TCU Ubiratam Aguiar que, na ocasião, disponibilizou aos presentes exemplares do documento "Diálogo Público-2009".

Oportunidade de Estágio

Os universitários selecionados pelo TC/RN participaram do Treinamento Introdutório ao Estagiário, realizado de 01 a 04 de setembro. Estrutura, atribuições e funcionamento do TCE, instrução processual e a atuação do estagiário (direitos e obrigações) foram alguns dos assuntos abordados pelos instrutores da Diretoria de Administração Geral - DAG - e da Escola de Contas. Foram convocados 35 estagiários das áreas do Direito, Administração, Ciências Contábeis, Informática, Pedagogia, Arquitetura, Engenharia, Estatística, Comunicação e Serviço Social, que trabalharão nos setores onde foram identificadas as demandas.

Trocando experiências



Alexandre Costa, do TC do Amazonas, veio conferir os resultados alcançados pela Ouvidoria do Tribunal de Contas do RN. Esse intercâmbio das experiências já é uma prática adotada entre os Tribunais de Contas do país e faz com que se contabilize o impacto social das medidas adotadas em favor da cidadania, além de permitir uma aproximação com vistas à elaboração de novas estratégias.

TCE/RN em Pauta

Informativo do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte

Conselheiros

Presidente:
Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

Vice-Presidente:
Valério Alfredo Mesquita

Presidente da 1ª Câmara:
Paulo Roberto Chaves Alves

Presidente da 2ª Câmara:
Tarcísio Costa

Corregedor-Geral:
Alicmar Torquato de Almeida

Renato Costa Dias
Getúlio Alves da Nóbrega

Auditores:
Marco Antônio de M. R. Montenegro
Cláudio José F. Emerenciano

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE (MPJTCE)

Procuradora-Geral:
Luciana Ribeiro Campos

Secretário-Geral:
Carlos de Menezes Lira

Consultor-Geral:
Cláudio Dantas Marinho

Chefe de Gabinete da Presidência:
Laércio Segundo de Oliveira

Coordenador de Comunicação Social:
João Batista Machado

Editores:
Eugênio Parcelle
Francisco Francerle

Repórteres:
Rosalie Arruda Câmara
Graciêma da Costa Carneiro

Produtora: Fátima Moraes

Revisor: João Maria Lima

Projeto Gráfico e Diagramação
Terceirize (84) 3211-5075

Fotos: Jorge Filho

Impressão:
Solução Gráfica - 3613-0616

Av. Getúlio Vargas, 690 - Petrópolis-Natal/
RN CEP 59.012-360 - 3215-1922
SITE: www.tce.rn.gov.br
E-mail: tce-ccs@rn.gov.br

TCE fará concurso público para preencher 72 vagas

O Tribunal de Contas do Estado publicou, no Diário Oficial Eletrônico de 02 de setembro, as normas para o concurso público destinado ao preenchimento de 72 vagas e cadastro de reservas do quadro funcional, assim distribuídas: assessor técnico de controle e administração - 8 vagas e 01 portador de deficiência; assessor técnico de informática - 9 vagas e 01 portador de deficiência; assessor técnico jurídico - 9 vagas e 01 portador de deficiência.

E mais: inspetor de controle externo - especialidade: administração, contabilidade, direito ou economia - 30 vagas e 02 portadores de deficiência; inspetor de controle externo - especialidade: engenharia civil - 05 vagas e 01 portador de deficiência; e Inspetor de Controle Externo - especialidade: tecnologia da informação - 04

vagas e 01 portador de deficiência.

Com as nomeações dos novos contratados, via concurso público, o TCE estará capacitado a implementar o Plano Estratégico da Corte de Contas, dotando a instituição de uma equipe técnica capacitada a enfrentar os novos desafios do futuro.

As inscrições somente poderão ser feitas via Internet no endereço eletrônico: www.cespe.unb.br/concurso/tcern2009, no período de 11.09 a 12.10.2009, observado o horário oficial de Brasília/DF. O candidato poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU Cobrança). A divulgação do edital nº 1 - CECPTCE/RN, de 31 de agosto de 2009, também está sendo feita pelo site do TCE: www.tce.rn.gov.br.

Presidente da Comissão
do Concurso, procurador
Othon Moreno de
Medeiros Alves



Estímulo ao controle interno

O TCE-RN, em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU-R/RN), Tribunal de Contas da União (TCU-SECEX/RN), Controladoria-Geral do Estado/RN (CONTROL/RN) e Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (FEMURN), realizou de 14 a 18 de setembro, o curso "O Sistema de Controle Interno Municipal", que objetiva fornecer orientações básicas aos municípios do Estado do Rio Grande do Norte sobre criação, estruturação e atuação do sistema de controle interno.

"Até o momento, 86,23% dos municípios do Rio Grande do Norte estão com o controle interno implantado ou em fase de implantação", informou o inspetor de controle externo, Ricardo Villaça, lembrando que, desde 2007, o TCE vem desenvolvendo ações buscando mobilizar os gestores municipais para a implantação do serviço, o que ganhou um reforço com a implementação

do anexo 40 da resolução do SIAI, que obriga os municípios a informarem à Corte de Contas a existência ou não do controle interno e como está estruturado. "A meta é até 2010 termos 100% do controle interno implementado", enfatizou.

O curso teve como alvo os servidores públicos dos municípios que possuem Controle Interno em funcionamento ou em fase de implantação. A meta é formar 05 (cinco) turmas com 30 participantes cada, ou seja, serão capacitados cerca de 150 servidores dos municípios do nosso Estado este ano, chegando a 350 até o final de 2010.

O curso teve uma carga horária de 40h/aula e tem, em seu programa, matérias como: Implantação do Sistema de Controle Interno: criação, atribuições e competências; Formas de atuação do Controle Interno; O Controle Interno e a Con-

troladoria-Geral da União - CGU; O Controle Interno e o Tribunal de Contas da União - TCU; O Controle Interno e a Controladoria-Geral do Estado/RN - CONTROL; Orientações sobre organização processual; Análise de processos de execução da despesa pública orçamentária por parte do controle interno municipal; entre outros.

A coordenação do curso ficou a cargo da Escola de Contas "Professor Severino Lopes de Oliveira" e da Gerência de Controle Interno Municipal do PROMOEX/Uel/TCE-RN. O primeiro encontro teve a participação de representantes dos seguintes municípios: Baía Formosa, Brejinho, Espírito Santo, Goianinha, Jundiá, Lagoa Salgada, Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Passagem, Riachuelo, Santo Antonio, São José do Mipibu, São Pedro, Serrinha e Tibau do Sul.



Conselheiro Alcimar Torquato relator do processo das contas do Governo relativas a 2008. Ao lado, aspecto da sessão plenária

TCE aprova contas de 2008, mas faz recomendações ao Governo

As contas do Governo do Estado relativas a 2008 foram aprovadas com ressalvas pelo Tribunal de contas, em sessão plenária realizada em 13/07. O Governo deve reavaliar a despesa com publicidade governamental, uma vez que o gasto realizado no exercício de 2008 foi superior aos valores despendidos, de forma individualizada, com funções tais como: comércio e serviços, habitação, trabalho, desporto e lazer, urbanismo, energia, ciência e tecnologia, organização agrária e saneamento.

Segundo o conselheiro relator, Alcimar Torquato de Almeida, "em relação ao exercício anterior, houve um aumento de 28,88% na despesa com publicidade governamental, sendo que a média anual, no

período 2004/2008, registrou o valor de R\$ 17.029.024,03 (dezessete milhões, vinte e nove mil, vinte e quatro reais e três centavos), devendo-se destacar o montante de R\$ 23.479.258,04 (vinte e três milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito reais e quatro centavos), gasto no exercício de 2008". A sessão, presidida pela conselheira presidente Adélia Sales, contou com a presença do controlador-geral Jorge de Araújo Galvão, representando o Governo do Estado.

O relatório das contas do governo apresenta a análise sobre a correta aplicação dos recursos no Governo do Estado com relação à gestão orçamentária, financeira e patrimonial; o cumprimento das vincula-

ções constitucionais e legais na administração direta, poderes e órgãos e com relação à responsabilidade fiscal.

Também foi constatado que a despesa com pessoal atingiu, no exercício financeiro de 2008, o percentual de 56,76% da receita corrente líquida (RCL) do Estado, situando-se abaixo do limite legal de 60% da citada receita, mas posicionando-se acima do limite que obriga o Tribunal de Contas a emitir o alerta a que se refere a Lei de Responsabilidade Fiscal. A conclusão também solicita a reavaliação da inclusão da despesa do programa "Farmácia Popular" nos gastos com saúde.

O relatório contou com o assessoramento técnico da comissão integrada pelos ser-

vidores Cláudio Dantas Marinho, consultor jurídico, Djalma da Costa Guimarães, assessor técnico de controle e administração, Luiz Fabra Laffitte Neto, assistente de inspeção, e os inspetores de controle externo Luzenildo Moraes da Silva, Severiano Duarte Júnior e Marise Magaly Queiroz Rocha.

Para a análise das contas, foi levado em consideração o ordenamento jurídico vigente, em especial as constituições Federal e Estadual, o Plano Plurianual do Estado (PPA) para o quadriênio 2008-2011, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Lei Federal nº 4.320/64, Lei Federal nº 9.424/96, Lei Complementar Nacional nº 101/00 (LRF), além da legislação estadual pertinente.



DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO

FUNÇÃO	VALORES	Em R\$ 1,00	
			%
ENCARGOS ESPECIAIS	932.798.925,29		16,071
EDUCAÇÃO	893.738.411,75		15,398
SAÚDE	890.093.768,13		15,335
PREVIDÊNCIA SOCIAL	825.395.744,64		14,220
SEGURANÇA PÚBLICA	490.785.108,33		8,455
ADMINISTRAÇÃO	352.916.264,87		6,080
JUDICIÁRIA	339.653.115,35		5,852
LEGISLATIVA	170.741.056,89		2,942
ASSISTÊNCIA SOCIAL	159.948.804,01		2,756
INDÚSTRIA	140.234.082,80		2,416
TRANSPORTE	134.272.393,11		2,313
ESSENCIAL À JUSTIÇA	100.578.757,39		1,733
AGRICULTURA	90.057.543,21		1,552
GESTÃO AMBIENTAL	70.553.897,88		1,216
DIREITO DA CIDADANIA	55.802.028,51		0,961
HABITAÇÃO	43.327.844,17		0,746
COMUNICAÇÕES	26.218.238,60		0,452
CULTURA	25.572.408,84		0,441
COMÉRCIO E SERVIÇOS	18.884.656,76		0,325
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	11.262.498,34		0,194
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	8.968.722,73		0,155
TRABALHO	8.330.069,58		0,144
URBANISMO	7.895.373,04		0,136
DESPORTO E LAZER	5.257.780,02		0,091
ENERGIA	893.296,41		0,015
SANEAMENTO	233.112,61		0,004
TOTAL	5.804.413.903,26		100,000

Obs. A função "Encargos Especiais" engloba as despesas em relação às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins.

Recomendações ao gestor

O Relatório das Contas do Governo 2008 apresenta recomendações necessárias ao ajuste na conduta do gestor, possibilitando o aperfeiçoamento da gestão, com a adoção das seguintes providências:

- 1 - apresentar, de forma analítica, nas prestações de contas, os comparativos e demonstrativos com observância do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, de modo a permitir um melhor acompanhamento da execução orçamentária;
- 2 - aperfeiçoar o processo de emissão dos relatórios previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO e Relatório de Gestão Fiscal - RGF), quanto à completude e à consistência dos seus valores, bem como no tocante ao cumprimento dos prazos estabelecidos no referido diploma legal e em resoluções deste Tribunal de Contas;
- 3 - apresentar, doravante, os Balanços e Demonstrações Contábeis das empresas de economia mista do Estado do Rio Grande do Norte nos termos da Lei nº 6.404/76, com observância das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e da Resolução nº 012/2007-TCE (na sua forma consolidada), ou de qualquer outro instrumento normativo que vier a regular os modos de composição, elaboração e organização das Sociedades Anônimas;
- 4 - estruturar a prestação de contas de modo a permitir a pronta acessibilidade às suas diversas partes integrantes, com a adoção de numeração cronológica sistematizada (sumário);
- 5 - apresentar, no Balanço Geral do Estado, os dados e informações acerca da aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde de sorte a permitir uma avaliação mais acurada dessa espécie de despesa, fazendo menção se os referidos gastos efetivaram-se, única e exclusivamente, com ações e serviços de saúde de acesso universal e igualitário, em conformidade com o que prescreve o art. 196 da Constituição Federal;
- 6 - reavaliar a despesa com publicidade governamental, uma vez que o gasto realizado no exercício de 2008 foi superior aos valores despendidos, de forma individualizada, com funções tais como: comércio e serviços, habitação, trabalho, desporto e lazer, urbanismo, energia, ciência e tecnologia, organização agrária e saneamento;
- 7 - conferir a devida atenção e prioridade à cobrança da dívida ativa do Estado, em cumprimento ao disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- 8 - reavaliar a inclusão da despesa do programa "Farmácia Popular" nos gastos com saúde.

Planejamento Estratégico do TCE é referência para outros Estados



Presidente Adélia Sales recebe técnicos do TCE da Bahia

A experiência do Planejamento Estratégico desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado tornou-se referência. A partir da recomendação do Tribunal de Contas da União, o TCE vem recebendo visitas técnicas, com objetivo de contribuir na qualificação dos processos desencadeados em outros Estados. Na manhã de terça-feira (15), a presidente do TC/RN, conselheira Adélia Sales, e o conselheiro Getúlio Nobrega receberam a visita de uma equipe de auditores e especialistas do Tribunal de Contas da Bahia, que veio ao Rio Grande do Norte conhecer a forma como o processo foi e está sendo desencadeado.

A equipe, formada pela auditora de controle interno Ivonete Dionízio de Lima, a assessora da presidência Clarissa Carneiro da Costa e o coordenador de projetos especiais Roberto Tenório, todos integrantes do núcleo responsável pela elaboração e execução do planejamento estratégico no TC/BA, esteve reunida com Gláucio Torquato e Ricardo Villaça, da equipe do planejamento estratégico do TC/RN, que abordaram sobretudo o processo de mobilização dos servidores, buscando a adesão para a execução do plano de ação, o que implica, inclusive, mudança na cultura organizacional do TCE.

"Também fizemos uma parceria técnica com o TCU para a elaboração do nosso Planejamento Estratégico, e eles enfatizaram o êxito do processo de difusão realizado neste Tribunal, recomendando que conhecêssemos a experiência", relatou Ivonete Dionízio à Presidente, enfatizando que os próprios técnicos do TCU disseram que iriam implementar o método do TC/RN. Na Bahia, foi realizado o mapa estratégico, com adesão intensa dos servidores e conselheiros, e agora começa a etapa de definição das prioridades a serem trabalhadas na gestão.

Técnicos são homenageados no Rio de Janeiro

Os técnicos Gláucio César Torquato e Ricardo Villaça, do Escritório de Planejamento Estratégico do TC/RN, foram homenageados no Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, em agradecimento às apresentações que fizeram mostrando como foi elaborado o Planejamento estratégico na Corte de Contas Potiguar e como está sendo sua execução. Toda a metodologia aplicada no PE potiguar foi orientada e está sendo acompanhada por técnicos do Tribunal de Contas da União. O presidente do TCM carioca, Thiers Vianna Montebello, condecorou os dois pelos conhecimentos repassados aos técnicos daquela instituição - medalhas exibidas com carinho e orgulho de quem está vendo resultados na ação que está sendo executada.



Gláucio Torquato e Ricardo Villaça foram homenageados no TCM do Rio de Janeiro



Abertura do simpósio que discutiu estratégias para fortalecer a comunicação nos TCs, realizado em Cuiabá/MT

Uma política para fortalecer a comunicação

A preocupação com a comunicação como um setor estratégico dos Tribunais de Contas esteve em pauta em Cuiabá, nos últimos dias 27 e 28 de agosto, com a realização do 1º Seminário de Comunicação dos Tribunais de Contas do Brasil.

A busca por uma maior estruturação dos setores e dos serviços fez parte das apresentações e debates que mobilizou presidentes e representantes das assessorias de imprensa dos TCs do País inteiro.

Logo na abertura, o presidente do TCE/MT, Antônio Joaquim, enfatizou que "Não existe comunicação eficaz sem atitude", nesse sentido, ressaltou a importância de se trabalhar com transparência, como determina a Constituição e a Lei de responsabilidade Fiscal. "Transparência é igual a uma boa co-

municação", disse, lembrando que, no caso do TCE/MT, são desenvolvidas ações de incentivo ao controle externo, ao controle interno e ao controle social, funcionando de forma articulada. "A comunicação dos TCs tem de ter um caráter profissional", disse.

O Conselheiro Salomão Ribas, presidente do Instituto Rui Barbosa, relatou que "O velho ainda está muito impregnado na cultura dos Tribunais, mas as coisas mudam. No caso da comunicação, há muitos desafios, entre as quais questões de conteúdo, de procedimentos, de celeridade que precisam ser resolvidas". Enfatizou que era de um tempo em que os conselheiros não davam entrevistas, todas as informações estavam nos autos. "Se não tivermos a visão de que precisamos nos comunicar, este

esforço que estamos fazendo não vai dar certo", disse, defendendo a necessidade de uma consciência dos gestores dos TCs, priorizando e investindo em estrutura e na realização de um trabalho coletivo.

Responsável pela Assessoria de Comunicação do TCU, a jornalista Karla Cristina disse que "uma salinha de comunicação, fazendo releases para jornalistas, não vai ajudar. É preciso uma equipe multifuncional e interdisciplinar com tecnologias que integrem pessoas e organizações em ambientes virtuais e físicos. "É muito cômodo e simplório ficar fazendo releases", criticou.

No TCU, destacou o trabalho de construção do Plano de comunicação para o TC, de um Media Training; construção de um "guia de relacionamentos", encontros com jornalistas,

produção de vídeos e programas de rádio, capacitação da equipe, cobertura fotográfica de todos os eventos, imediatamente disponibilizada na intranet, entre outras atividades que dão transparência e mostram a importância do TCU para todos os públicos.

Vale ressaltar que todas as ações têm custos. No TCE/MT o investimento/ano em comunicação chega a R\$ 2,5 milhões.

No caso das ações do STF, o jornalista Renato Parente informou ter uma equipe de 250 profissionais, sendo 130 na TV Justiça e 40 no programa de rádio. Só nestas duas ações, são gastos R\$ 14 milhões, isso contando com todas as estruturas dos Tribunais de Justiça nos Estados, que produzem programas e disponibilizam-nos para a veiculação na TV Justiça.

Artesão da cordialidade

Tem gente que parece ter nascido com natureza nobre. É o exemplo de Mário Francisco de Oliveira, ou simplesmente "seu" Mário, como é conhecido por todos do Tribunal de Contas. Em cada sessão plenária, postura ereta como um soldado inglês, sempre disposto a ajudar, sua imagem incorporou-se ao cenário da Corte de Contas de tal forma que muitos estranharam quando souberam da sua aposentadoria.

Com 35 anos de serviços prestados ao TCE, este senhor de 70 anos começou como auxiliar de serviços gerais no serviço público, depois de uma experiência como atacante do América e do Santa Cruz - já imaginou, "seu" Mário jogando futebol? Quantos gols terá feito este homem atencioso e cordial, sobretudo com as mulheres.

Pois é, solteiro e respeitador, "seu" Mário adora encher de mimos as colegas do tribunal, seja com um simples elogio ou distribuindo balinhas, sempre tem algo a oferecer. Uma das suas últimas histórias - com "h" por ter sido real - foi ter interrompido o conselheiro Renato Dias, na hora em que ele estava relatando um processo, para colher sua assinatura num documento. Todos os presentes ficaram boquiabertos... Ele parou a sessão!

Auxiliar operacional do Plenário, "seu" Mário está próximo dos conselheiros. Com isso, não faltam especulações sobre o que sabe. "Não sei de tudo. E se soubesse também não diria, porque não tenho obrigação de dizer", descarta, com o olhar baixo, fazendo beicinho. Realmente, é uma figura!

Foram várias as despedidas. A presidente Adélia Sales e os conselheiros prestaram uma homenagem na sala da presidência, mas ele não escapou do "Adeus" em Plenário. Quando se esperava que a sessão fosse finalizada, o conselheiro Getúlio Nóbrega solicitou a reabertura da ordem do dia e, para a surpresa de todos, sobretudo de "seu" Mário, começaram os discursos falando da integridade, do profissionalismo, do afeto, do respeito e muitos outros "dos" de "seu" Mário. "Ele é o artesão da cordialidade", sintetizou o conselheiro Valério Mesquita.

Ouvindo os elogios, imerso na toga, ele ergueu a mão direita e enxugou, discretamente, uma lágrima que teimava em cair. Foi o seu último dia de trabalho no TCE.

